

## Carta do Comsefaz sobre Auxílio da União às Finanças Estaduais

As Fazendas Estaduais, reunidas em São Paulo na 36ª reunião extraordinária do COMSEFAZ, aprovaram um conjunto de princípios para a construção de uma proposta de auxílio da União aos estados e DF que contemple medidas que atendam a cada um deles levando em conta as suas especificidades e características.

O principal direcionador das medidas será o grau de endividamento dos estados: para aqueles com maior grau, a revisão dos encargos terá o maior impacto, com o IPCA sendo definido como centro da meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional para o ano ou outro índice de preços que vier a substituí-lo. Já os estados com menor grau de endividamento, a proposta é a criação de um fundo de equalização de investimentos, **que terá como *funding* parte do benefício obtido a partir da redução da dívida com a substituição do indexador.**

Além dessas medidas, é fundamental que, independente do grau de endividamento, ocorra a racionalização para a liquidação de precatórios, com regulamentação idêntica àquela que atualmente tramita no Congresso Nacional com foco nos municípios, no texto da PEC 66/2023.

As Fazendas estaduais procuram se recuperar de perdas federativas crônicas impostas por legislações federais que ora aumentam as despesas, ora privam os entes de seus recursos. A proposta das instâncias estaduais busca recuperar a qualidade do financiamento dos serviços públicos estaduais para oferecer à população condições de bem-estar social que permitam uma vida com dignidade.